



ANÁLISE ESPACIAL DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGOINHA (SP)

Victória Beatriz **Soares**¹; Gustavo **Bayma**²; Édson Luis **Bolfe**³; Edson **Sano**⁴; Victória H.
Matusevicius e de **Castro**⁵

Nº 24606

RESUMO – De acordo com a Lei 12.651/2012, todo imóvel rural deve manter uma área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal (RL). O percentual relativo à área de RL dentro do imóvel é dependente de sua localização nos diferentes Biomas. A RL tem como principais funções assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção da fauna silvestre e da flora nativa. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar o percentual de RL dos 719 imóveis rurais do município de Lagoinha (SP), por meio de técnicas de análise espacial em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica. A análise espacial possibilita mensurar diferentes propriedades e relacionamentos, considerando a localização espacial do alvo a ser estudado. Para isso, foram utilizados dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e informações do perímetro e de RL dos imóveis. As informações foram interseccionadas de forma a se obter o percentual de reserva legal em cada propriedade rural. Os resultados preliminares indicam que 24,4% das propriedades rurais possuem interseção com áreas protegidas, das quais 14,8% atendem a área protegida de acordo com o Código Florestal, considerando as áreas de RL. Trabalhos futuros utilizarão técnicas de sensoriamento remoto com vistas ao mapeamento da vegetação em Áreas de Proteção Permanente (APP) para cálculo da área efetivamente protegida nos termos do Código Florestal.

Palavras-chaves: Geoprocessamento, Código Florestal, Áreas de Reserva Legal.

1 Autor, Bolsista CNPq (PIBIC) na Embrapa Agricultura Digital: Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCC, Campinas-SP; victoria.leandro@colaborador.embrapa.br

2 Colaborador, Analista da Embrapa Meio Ambiente, Campinas-SP; gustavo.bayma@embrapa.br

3 Orientador, Pesquisador Embrapa Agricultura Digital, Campinas-SP; edson.bolfe@embrapa.br

4 Colaborador, Pesquisador Embrapa Cerrados, Brasília-DF; edson.sano@embrapa.br

5 Colaboradora, Bolsista CNPq (PIBIC) na Embrapa Agricultura Digital: Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas-SP; vhmatusевичius@gmail.com

* Estudo associado ao Centro Semear Digital (FAPESP Proc.2022/09319-9).



ABSTRACT – According to Law 12.651/2012, every rural property must maintain an area of native vegetation cover as a Legal Reserve (LR). The percentage of the LR area within the property depends on its location in the different biomes. The main functions of the Legal Reserve are to ensure the sustainable economic use of the rural property's natural resources, to assist in the conservation and rehabilitation of ecological processes and to promote the conservation of biodiversity, as well as the shelter and protection of wild fauna and native flora. The aim of this study was to analyze the percentage of LR in rural properties in the municipality of Lagoinha (SP), using spatial analysis techniques in a Geographic Information Systems environment. Spatial analysis makes it possible to measure different properties and relationships, considering the spatial location of the target to be studied. To do this, we used data from the National Rural Environmental Registry System (SICAR) and information on the perimeter and LR of the properties. The information was intersected in order to obtain the percentage of legal reserve on each rural property. Preliminary results indicate that 24.4% of rural properties intersect with protected areas, of which 14.8% meet the protected area according to the Forest Code, considering RL areas. Future work will use remote sensing techniques to map vegetation in Permanent Protection Areas (PPAs) in order to calculate the area effectively protected under the Forest Code.

Keywords: Geoprocessing, Forest Code, Permanent Protection Areas (PPA).